



ESTADO DE MINAS GERAIS  
ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO

Belo Horizonte, 17 de agosto de 2016.

Ofício AGE/TCE nº 768/2016

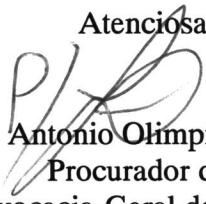
Assunto: encaminha certidão de débito

Senhor Advogado Geral,

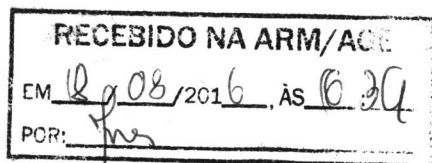
retransmito a anexa certidão de débito, remetidas pelo ofício nº 1.022/2016/CAMP/MPC, para as providências cabíveis.

Solicitamos analisar a possibilidade e a oportunidade de informar à AGE/TCE o ajuizamento das respectivas execuções, caso não ocorra de pronto a quitação, pelo email [antonio.nogueira@advocaciageral.mg.gov.br](mailto:antonio.nogueira@advocaciageral.mg.gov.br), c/c para [cabinete@advocaciageral.mg.gov.br](mailto:cabinete@advocaciageral.mg.gov.br).

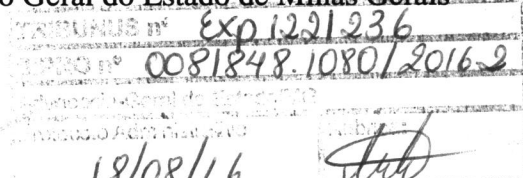
Atenciosamente,

  
Antonio Olímpio Nogueira,  
Procurador do Estado

Advocacia-Geral do Estado junto ao  
Tribunal de Contas do Estado Minas Gerais.



Ao Excelentíssimo Senhor  
Doutor Onofre Alves Batista Júnior  
Digníssimo Advogado Geral do Estado de Minas Gerais  
Capital





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
Coordenadoria de Acompanhamento de Ações do Ministério Público

---

Ofício n. 1022/2016/CAMP/MPC

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2016.

Excelentíssimo Senhor  
Antônio Olímpio Nogueira  
Coordenador do Escritório de Advocacia Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas do  
Estado de Minas Gerais

Assunto: encaminha certidão de débito e cópia de acórdão

Senhor Procurador do Estado,

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais encaminha, por ordem do Procurador-Geral, a Certidão de Débito n. 332/2016 e cópia do Acórdão prolatado nos autos n. 862726.

Vale ressaltar que consta da mencionada Certidão de Débito a restituição aos cofres tanto do Estado quanto do Município. Saliente-se, portanto, que o valor referente à restituição estadual é de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Na espécie, atestado pela Corte de Contas o não recolhimento do débito, solicitamos a adoção das medidas necessárias à execução do julgado do Tribunal de Contas do Estado, nos termos da competência estabelecida no artigo 128 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Respeitosamente,

  
**Mônica Fonseca Almeida Santos**

Coordenadora de Acompanhamento de Ações do Ministério Público de Contas<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Portaria n. 10/2014, art. 1º, do Ministério Público de Contas, publicada no DOC/TCEMG de 22/7/2014  
CAMP 10



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Inscrição CNPJ: 21.154.877/0001-07

*Coordenadoria de Débito e Multa*

Certidão de Débito nº 00332/2016

## CERTIDÃO DE DÉBITO

Certificamos, para fins do disposto nos arts. 71, § 3º, da Constituição Federal, 76, § 3º, da Constituição Estadual, e 75 da Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008, publicada no "MG" de 18/01/2008, que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em decisão prolatada em Sessão da PRIMEIRA CÂMARA, realizada em 09/09/2014, nos termos do Acórdão de fls. 470/473, publicado no "DOC" de 16/04/2015, constante do **Processo nº 862726 - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL** instaurada para apurar irregularidades no Convênio n. 86/2005/SED RU/PADEM, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, por intermédio da Subsecretaria de Assuntos Municipais, e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACITABA**, referente ao exercício de 2011, determinou a **restituição**, pelo Sr(a). **RAFAEL ARCANJO DE TOLEDO**, CPF: 235.605.176-72, PREFEITO, na época, residente e domiciliado na RUA CEL JOSE HOMEM, 63, CASA, CENTRO - ARACITABA, MG, CEP: 36.255-000, no valor de R\$35.355,00 (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais), que atualizados monetariamente, perfazem a quantia de **R\$151.186,12** (cento e cinquenta e um mil cento e oitenta e seis reais e doze centavos), assim discriminados: **1)** R\$355,00, aos cofres municipais, referente à contrapartida municipal prevista no convênio n. 86/2005, celebrado entre a SEDRU e o Município de Aracitaba, em razão da omissão de prestar contas e da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico.(fls. 428/447); **2)** R\$35.000,00, aos cofres estaduais, referente ao repasse de recursos em decorrência do convênio n. 86/2005, celebrado entre a SEDRU e o Município de Aracitaba, em razão da omissão de prestar contas e da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico.(fls. 428/447). Certificamos ainda que o(s) valor(es) citado(s) foi(ram) corrigido(s) pela Tabela da Corregedoria Geral de Justiça, disponibilizada no Diário do Judiciário Eletrônico em 10/06/2016, conforme Resolução 13/95 deste Tribunal, nos termos da memória de cálculo que integra a presente certidão. É o que consta do mencionado processo. Eu, ANDREA LEAO PINTO, TC 1643-5, Analista de Controle Externo, extraí a presente certidão que assino aos 22 do mês de Junho de 2016. E eu, ROSA MARIA CARVALHO PINHO TAVARES, TC 01614-1, Coordenadora de Débito e Multa a subscrevo.



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Coordenadoria de Débito e Multa

**CERTIDÃO:** 00332/2016  
**PROCESSO:** 862726  
**EXERCÍCIO:** 2011  
**NATUREZA:** TOMADA DE CONTAS ESPECIAL  
**ENTIDADE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACITABA  
**DECISÃO:** PRIMEIRA CÂMARA de 09/09/2014  
**PUBLICAÇÃO:** DOC de 16/04/2015  
**TRÂNSITO EM JULGADO:** 22/05/2015  
**RESPONSÁVEL:** RAFAEL ARCANJO DE TOLEDO  
**CPF:** 235.605.176-72

## Restituição

Restituição, aos cofres municipais, da importância referente à contrapartida municipal prevista no convênio n. 86/2005, celebrado entre a SEDRU e o Município de Aracitaba, em razão da omissão de prestar contas e da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico.(fls. 428/447)

**Soma valor(es) histórico(s):** R\$ 355,00

Mês/Ano	Valor Histórico	Índice de Correção	Juros	Valor Corrigido
12/2005	R\$ 355,00	1,8838019	127,0 %	R\$ 1.518,06
<b>Valor total devido da(s) restituição(ões):</b>				R\$ 1.518,06

*Devidor ao  
Município*

## Restituição

Restituição, aos cofres estaduais, da importância referente ao repasse de recursos em decorrência do convênio n. 86/2005, celebrado entre a SEDRU e o Município de Aracitaba, em razão da omissão de prestar contas e da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico.(fls. 428/447)

**Soma valor(es) histórico(s):** R\$ 35.000,00

Mês/Ano	Valor Histórico	Índice de Correção	Juros	Valor Corrigido
12/2005	R\$ 35.000,00	1,8838019	127,0 %	R\$ 149.668,06
<b>Valor total devido da(s) restituição(ões):</b>				R\$ 149.668,06

*Devidor ao  
Estado de  
MG*

**Somatório do valor devido da(s) restituição(ões):** R\$ 151.186,12

**Obs.:** Os valores foram corrigidos conforme a tabela da Corregedoria Geral de Justiça, disponibilizada no Diário do Judiciário Eletrônico de 10/06/2016.

" Os juros foram cobrados em conformidade com o art. 254 da Res. nº 12/2008 (RITCEMG) c/c art. 25 da IN nº 3/2013, sendo de 0,5% (meio por cento) até 10/01/2003 e de 1% (um por cento) a partir de 11/01/2003 (art. 1.062 do Código Civil de 1916 e art. 406 do Código Civil de 2002.)"

**Técnico Responsável:** ANDREA LEAO PINTO, TC-1643-5

recursos públicos, cabendo-lhe o ônus da prova'. Há que se destacar, ainda, que além do dever legal e constitucional de prestar contas do bom e regular emprego dos recursos públicos recebidos, devem os gestores fazê-lo demonstrando o estabelecimento do nexo entre o desembolso dos referidos recursos e os comprovantes de despesas realizadas com vistas à consecução do objeto acordado."

De forma idêntica é o Acórdão TCU n.º 1.928/2005 – Segunda Câmara, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, "A omissão no dever de prestar contas viola princípio fundamental da república, constitui ato de improbidade administrativa e crime de responsabilidade e faz nascer a presunção de desvio de recursos".

Assim, caracterizada a responsabilidade pelo débito, julgo irregulares as contas examinadas nestes autos, com suporte no preceito do art. 48, III, da LC n.º 102/08, devendo o responsável, então Prefeito Rafael Arcanjo de Toledo, restituir ao erário o valor total recebido, R\$35.355,00, devidamente atualizado, sendo R\$35.000,00 ao erário estadual e R\$355,00 ao erário municipal, referente a contrapartida.

### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, fundamentado no comando do art. 48, III, da Lei Complementar n.º 102/08, proponho sejam julgadas irregulares as contas examinadas, em razão da ausência de comprovação da execução do objeto do Convênio n.º 086/2005/SEDRU/PADEM, e determinado ao Prefeito de Aracitaba à época, Rafael Arcanjo de Toledo, signatário do instrumento, a restituição de R\$35.355,00 (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais), devidamente corrigidos, sendo R\$35.000,00 ao erário estadual e R\$355,00 ao erário municipal, relativo a contrapartida.

Transitado em julgado o *decisum*, cumpram-se as disposições do art. 364 do Regimento Interno.

Findos os procedimentos pertinentes à espécie, proponho ainda o arquivamento dos autos, na forma determinada no art. 176, inciso I, regimental.

CONSELHEIRO WANDERLEY ÁVILA:

De acordo.

CONSELHEIRO JOSÉ ALVES VIANA:

De acordo.

CONSELHEIRO PRESIDENTE SEBASTIÃO HELVECIO:

De acordo.

ACOLHIDA A PROPOSTA DE VOTO DO RELATOR, POR UNANIMIDADE.

(PRESENTE À SESSÃO A PROCURADORA CRISTINA ANDRADE MELO.)

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas, incorporado neste o relatório, na conformidade das notas taquigráficas e da ata de julgamento, por unanimidade, diante das

razões expendidas na proposta de voto do Relator, com fundamento no comando do art. 48, III, da Lei Complementar n. 102/08, em julgar irregulares as contas examinadas, em razão da ausência de comprovação da execução do objeto do Convênio n. 086/2005/SEDRO/PADEM, e determinar ao Prefeito de Aracitaba à época, Rafael Arcanjo de Toledo, signatário do instrumento, a restituição de R\$35.355,00 (trinta e cinco mil trezentos e cinquenta e cinco reais), devidamente corrigidos, sendo R\$35.000,00 ao erário estadual e R\$355,00 ao erário municipal, relativo à contrapartida.

Plenário Governador Milton Campos, 09 de setembro de 2014.

SEBASTIÃO HELVECIO  
Presidente

HAMILTON COELHO  
Relator

(assinado eletronicamente)

ECR/MLG



**CERTIDÃO**

Certifico que o Diário Oficial de Contas de 16/04/15 publicou a Súmula do Acórdão supra para ciência das partes.

Tribunal de Contas, aos 16/04/15

Sandra 18438  
COORDENADORIA TAQUIGRAFIA E ACÓRDÃO